

## ***Oliveira Salazar: a “missão” pedagógica de “salvar” a pátria<sup>1</sup>***

### ***Oliveira Salazar: His pedagogical “mission” to save the country***

*Horácio NETO FERNANDES*

*Inspector Coordenador Superior da Inspeção Geral de Educação e  
Professor na Escola Superior de Educação Jean Piaget de Porto*

RESUMO: Neste trabalho defendemos que a “missão” pedagógica de “salvar” a pátria foi concebida por Oliveira Salazar com os instrumentos conceptuais e ideológicos do seminário que estruturaram toda a sua educação e militância católica e de que nunca abdicou, até ser chamado ao governo como ministro das Finanças em 1928. Na primeira parte, tentaremos identificar os contextos político/sociais em que Salazar nasceu e cresceu e como realizou um percurso até ao poder, numa autêntica “Via Láctea”. Na segunda parte vamos explicar o que entendemos por “missão” pedagógica, sua estrutura política e ideológica e como é que Salazar, durante 36 anos como Presidente do Conselho de Ministros, procurou concretizar esta “missão” pedagógica de “salvar” a pátria. Finalmente, vamos enumerar as políticas educativas do Estado Novo e verificar como são diferentes em relação aos outros fascismos contemporâneos.

PALAVRAS CHAVE: pátria, Oliveira Salazar, educação, missão pedagógica, contexto político, Portugal

ABSTRACT: This work argues that the pedagogical “mission” to “save” the country was conceived by Oliveira Salazar with conceptual and ideological instruments of the seminary that would mark his education and catholic militancy, ideas which he would never abandon –not even when he was appointed Finance Minister by the government in 1928. The first part of the article attempts to identify the political and social contexts prevailing at the time when Salazar was born and growing up and follows his rise to power. In the second part we offer our interpretation of his pedagogical “mission”, its political an ideological structure and how, over the course of his 36 years as President of the Cabinet, he sought to cement this pedagogical “mission” to save the country. Lastly we will enumerate the educational policies of the New Sate and show how they differ from other contemporary fascist theories.

---

<sup>1</sup> Resumo da tese de doutoramento orientada pelos doutores António Vara Coomonte e António Magalhães e defendida na U. S. C. em Julho de 2006.

KEY WORDS: country, Oliveira Salazar, education, pedagogical mission, political context, Portugal

## Introdução

O contexto em que nasceu Salazar (1898) é conturbado política e socialmente. A Monarquia Constitucional em que o Rei representava o garante da confessionalidade católica do País, sobretudo desde o *Ultimatum* de 1890 debate-se com sucessivas crises governamentais e a oposição republicana cresce, sobretudo nos meios do operariado urbano. A maioria esmagadora da sociedade portuguesa da época marcada pela sua religiosidade, ruralidade e analfabetismo<sup>2</sup> vivia agarrada às suas tradições religiosas, indiferente aos jogos políticos.

A queda da Monarquia Constitucional e a proclamação da Primeira República em 5 de Outubro de 1910 não conseguiram esbater as fronteiras entre estas duas realidades distintas, nem mobilizar a sociedade portuguesa para os ideais do progresso e da modernidade. Não obstante o Estado republicano assumir a tarefa de “fazer cidadãos”<sup>3</sup> orientados pelos valores republicanos e banir a religião da escola<sup>4</sup> que a seu ver era a razão principal de todo o obscurantismo, inimigo da razão e do progresso, a abundante legislação publicada pelos sucessivos governos republicanos não conseguiu os resultados desejados. Ao fim de 16 anos, os militares tomam conta do Governo e instauram a Ditadura Militar que herdou da Primeira República um sistema escolar moderno e laico, mas que o Censo de 1920 revelava ainda um País com 65 % de analfabetos na população de idade igual ou superior a 10 anos<sup>5</sup>.

Foi neste contexto de antagonismo político e ideológico que Salazar realizou a sua caminhada para o poder. A família, o seminário e a universidade de Coimbra foram os três espaços de socialização que o projectaram.

Como ‘vocacionado’, Oliveira Salazar foi, desde cedo, amparado pela sua família que tinha o P.e António como “guardião moral e avisado conselheiro” (Nogueira, 1977: 3). Todos os esforços se conjugavam para a realização da sua vocação clerical.

Salazar foi conduzido por uma “Via Láctea”, até ao poder. “Via Láctea”, porque, neste percurso, duas mães têm uma grande importância: a real e a simbólica. “Via láctea”, porque Salazar sempre foi estrela. Estrela para a mãe que via nele um futuro sacerdote, estrela para toda a freguesia que dominada pelo poder hierocrático esperava partilhar das

---

<sup>2</sup> Em Portugal em 1890 a percentagem de raparigas analfabetas era de 85,4% e rapazes 72,5%. Em 1900 estas percentagens mantinham-se para as raparigas 85% e para os rapazes 71,5% (*Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890*, vol. 1, Imprensa Nacional, 1896: XCIX; *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional 1905: 2-3).

<sup>3</sup> “Portugal precisa de fazer cidadãos, essa matéria – prima de todas as pátrias (...)” Ponto 1 do Preâmbulo do Decreto com força de Lei de 29 de Março de 1911, *Diário do Governo*, I Série de 30 de Março de 1911).

<sup>4</sup> “A religião foi banida da escola (...)” (*ibid.*).

<sup>5</sup> Candeias *et al.*, 2004 : 120).

benesses simbólicas desta vocação<sup>6</sup> e estrela para a mãe simbólica, a “Santa Madre” Igreja que face ao seu bom desempenho, como seminarista, sempre o acarinhou e nele investiu. Mesmo na segunda etapa desta projecção laical, na “via láctea” do poder, apostou fortemente no seu lançamento político, vendo, concerteza nele, a oportunidade para regressar à sua dominação sobre a sociedade portuguesa.

Por sua vez, o discípulo, na mais estrita obediência, corresponde aos objectivos da sua protectora em todo o seu percurso seminarístico, onde durante oito anos se prepara para ser ordenado “pastor das almas”, dentro das normas mais ortodoxas da Igreja Católica.

### **O seminário. Estrutura do poder e práticas**

“O seminário é uma instituição da Igreja, à margem do aparelho escolar, tendo por única finalidade “formar padres” (...). A situação objectiva dos seminaristas não se pode definir fora desta instituição, relativamente autónoma que é a Igreja, cujos agentes organizados em corpo de especialistas têm de recorrer, para assegurar a sua reprodução, a técnicas exclusivamente simbólicas” (Saud, 1978: 7-9).

O poder duplamente simbólico, dentro do Seminário, entificava-se na figura do Director. O processo pedagógico era etnocêntrico e monocultural. No processo avaliativo do vocacionado, o comportamento e a classificação na disciplina de Religião e Moral eram determinantes. No comportamento estavam incluídas a *Piedade*, *Disciplina*, *Civilidade* e *Aplicação*. O apelo à verdade dogmática resolvia todas as questões:

“o Seminário inculca os valores de humildade, obediência, castidade, mortificação, cumprimento do dever, desprendimento das criaturas e das coisas terrenas. As normas de civilidade são de cariz moralista e genericamente fundamentadas na Bíblia e nos documentos da Igreja (...). A educação individual principia e termina com citações bíblicas. Normas de conduta, a resvalar para a moralidade: vestidos decentes, movimentos graves e airosos, sem afectação” (Português, 1998: 142/143).

O seminário, para além da disciplinação do corpo e do espírito, deu a Oliveira Salazar os quadros de referência doutrinal e intelectual para ler o regime laico da Primeira República e substituí-lo por outros paradigmas de raiz confessional. Sem a convicção simbólica de que todo o poder vem de Deus, não teria estratégica e pragmaticamente esperado a sua hora para o assumir.

O seminário deu-lhe a utensilhagem mental e os códigos doutriniais para realizar a sua “missão” pedagógica de “salvar” a pátria. Daqui o seu agradecimento “àqueles bons

---

<sup>6</sup> Refere Franco Nogueira, citando um jornal local que não identifica, que « (...) dois meses depois, Salazar voltava ao Vimieiro por meados de Abril para a festa tradicional de Santa Cruz. Era acontecimento que mobilizava a aldeia (...). Então foi a missa cantada a grande instrumental e ao Evangelho “subiu ao púlpito o novel sacerdote António de Oliveira Salazar que proferiu um substancioso discurso, causando a mais agradável impressão e em que o nosso compatriota, mais uma vez, comprovou as suas notáveis aptidões para a oratória sagrada (...). E por isso rejubilavam com o triunfo do sr. Padre Salazar a quem felicitamos vivamente assim como a seu pai e demais família que devem sentir um grande orgulho e a mais justa satisfação por o simpático sacerdote iniciar, tão auspiciosamente, a sua carreira. “ Dias depois, o padre Salazar cumpria 21 anos de idade» (Nogueira, 1977: 55).

padres” e mais tarde a sua decepção e mesmo fúria, quando nos anos sessenta o Bispo do Porto o ousou afrontar.

Analisando os seus “Discursos”, encontramos uma convergência doutrinal entre a doutrina oficial do regime aí contida e os ensinamentos dos Sumos Pontífices, sobretudo do Papa Leão XIII na Encíclica *Immortale Dei* sobre a Constituição católica dos Estados. Por esta doutrina, estudada por Oliveira Salazar no seminário de Viseu, vão ser também aferidos os conteúdos educativos e as estratégias que norteiam a escola do Estado Novo.

A doutrina contida na Encíclica do Papa Leão XIII, *Immortale Dei*, sobre a Constituição Cristã dos Estados, é convergente com os discursos de Salazar sobre os seguintes temas:

### ***Origem e forma política do poder.***

O poder público vem de Deus e não está ligado a nenhuma forma política e pode adaptar-se a esta ou aquela, contanto que tenha em conta o bem comum. Sem se desviar desta orientação. Salazar defende a ditadura como a forma de governo mais conveniente a Portugal. O seu argumento principal é o bem comum que só pode ser salvaguardado com um governo forte.<sup>7</sup>

### ***Características do poder***

Todo o poder deve ser justo. Não deve ser violento, mas paternal. Salazar nos seus “Discursos” rejeita a desordem, a guerra e a violência e quer ser o “árbitro supremo” de todos os conflitos.<sup>8</sup> O seu grande argumento é o interesse nacional.

### ***O poder público.***

Os súbditos não podem resistir ao poder público. Os que resistem serão condenados. Não obedecer e revoltar-se é cometer um crime de lesa – majestade, duplamente condenável. Nesta linha de pensamento, Salazar mostra-se implacável contra os que lhe resistem, argumentando que são eles que se condenam a si próprios.

### ***O poder público e a religião católica.***

Os chefes de Estado devem conceder todos os favores à religião católica. Salazar concedeu privilégios à igreja católica, em comparação com as outras religiões.

### ***Relações entre o poder eclesiástico e o poder civil.***

A Concordata de 1940 remeteu a Igreja para os assuntos meramente espirituais que dizem respeito à salvação das almas. Oliveira Salazar repete, nos seus discursos a citação da Carta Encíclica: “dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus.”

---

<sup>7</sup> (...)“os postulados atemporais seriam a melhor fundamentação do poder. Usando-os exibir-se-ia em nome de todos; o recurso às grandes evidências que transversalmente tinham conseguido percorrer os diferentes núcleos da comunidade, possibilitaria a indispensável identificação do Estado com a Nação” (Ramos do Ó, 1992: 394).

<sup>8</sup> “Com efeito querendo “matar todos os conflitos antes da nascerça, como quem seca fontes” rapidamente poria a circular a noção fundamental de que a hierarquia e os consequentes valores da disciplina e obediência não careciam, por historicamente naturais, de justificação ” (Lucena, 1976: 393).

### ***Condenação da teoria da soberania do povo, como fundamento da democracia.***

A Igreja Católica condena o “direito novo” que defende a soberania do povo, como fundamento da democracia parlamentar. Salazar insurge-se, igualmente, contra esta soberania e contra a democracia popular.

### ***A origem das desordens e sedições.***

A soberania do povo sem ter em conta a de Deus, dá origem a desordens e sedições. Salazar defende esta tese nos seus “Discursos”, rejeitando a democracia popular como causa de todos os males da Nação.

### ***A defesa da censura para preservar a verdade contra o erro.***

A censura como processo para preservar o bem, a verdade e a virtude são também defendidos pelo Papa Leão XIII. Os argumentos são semelhantes aos de Oliveira Salazar.

### ***A liberdade, na acepção católica***

A noção de liberdade, segundo a Igreja Católica, está intimamente ligada à de verdade. Só pode haver liberdade nos baptizados, “filhos de Deus.” Quem não está na graça de Deus não pode ter liberdade, porque é escravo das suas paixões. A noção de verdadeira liberdade para a Igreja Católica, expressa nesta Carta Encíclica, ajuda-nos a perceber não só a intransigência de Oliveira Salazar em dialogar com os que considerava defensores do erro e da desordem pública, como a boa consciência com que amordaçava os direitos humanos implícitos na Constituição de 1933.

Salazar utiliza estes argumentos para defender “algumas restrições existentes”. No quotidiano da sua governação, perseguia sem piedade, desterrando, ou mesmo sendo conivente na eliminação dos que combatiam o regime. Quando se apoderou do poder perseguiu ou condenou ao exílio a oposição republicana democrática e liberal- o Reviralhismo- que pretendendo “instaurar o constitucionalismo democrático e as liberdades fundamentais” combateu a Ditadura de 1926 até 1940 (Farinha, 1998: 15); homens e mulheres anarquistas ou comunistas foram deportados para o Tarrfal – Cabo Verde, ou sofreram as maiores torturas nas cadeias de Peniche e Caxias. Humberto Delgado e sua secretária foram liquidados pela PIDE às ordens de Salazar.

### ***A liberdade de reunião e expressão.***

*Immortale Dei*

Salazar

“A origem do poder público deve atribuir-se a Deus e não à multidão. Que o direito à rebelião repugna à razão. Que não fazer nenhum caso dos deveres da religião, ou tratar da mesma maneira as diferentes religiões, não é permitido nem aos indivíduos, nem às sociedades. Que a liberdade ilimitada de pensar e de emitir em público os próprios pensamentos, de modo algum deve ser colocada entre os direitos dos cidadãos, nem entre as coisas dignas de favor e protecção” (Leão XIII, Ponto 43 do Cap.º VII da mesma Carta Encíclica).

“A generalidade dos portugueses nunca teve tanta liberdade como no actual regime, porque, nos limites em que se concede, é igual para todos e efectivamente garantida (...). Simplesmente a associação para a vida partidária, as reuniões para a vida partidária, a imprensa para a vida partidária, sofrem limitações, coerentemente com a pretensão de curar o partidatismo doentio que degradava a sociedade portuguesa. Trata-se na verdade de um “regime de cura” e de legítima defesa que não pode ser considerado superior às necessidades” (Salazar 1951: 363-367).

***Exortação aos católicos para que contribuam para a salvação da sociedade, assumindo os poderes públicos.***

Na vida pública, o Papa Leão XIII estimulava os católicos a chegarem-se aos altos cargos do Estado, contribuindo assim para a salvação da sociedade. Com o governo de Salazar, este imperativo deixou de ter sentido, na medida em que a Igreja e a religião católicas estavam salvaguardadas. Pelo contrário, Salazar que sempre defendeu um Estado forte, não queria interferências da Igreja Católica no poder temporal, assegurando-lhe um lugar de privilégio na evangelização das almas e remetendo a sua representatividade no poder temporal para os seus representantes na Câmara Corporativa

***Combate ao partidarismo***

Segundo o Papa Leão XIII, o espírito de partido gera dissensões intestinas e a desordem política e social, sendo incompatível com a ordem e a disciplina. Estas proposições são também subscritas por Oliveira Salazar, passados cerca de 75 anos da publicação desta Carta Encíclica:<sup>9</sup>

***Combate ao erro e às paixões***

Os católicos devem, assim, prestar um serviço à Igreja e à sociedade, libertando-a das más doutrinas e más paixões. Foi este um dos objectivos primordiais da “missão” pedagógica de Salazar e que ele mais repete nos seus “Discursos”.

Salazar, já nos últimos do Seminário de Viseu e como Prefeito do Colégio da Via Sacra quando se prepara para o ingresso na universidade de Coimbra, coloca-se na primeira linha no combate pela causa católica. Há uma continuidade entre a sua formação seminárstica e a sua entrada na vida civil.

Como estudante de Direito e, mais tarde, Professor na Universidade de Coimbra, assume a mesma atitude de militância. Sempre em colaboração estreita com os luminares eclesiásticos da época, funda o Centro Católico, combate em artigos vigorosos os políticos republicanos na imprensa católica, é escolhido para deputado pelo Círculo Católico de Guimarães e finalmente com o apoio expresso da Igreja Católica é chamado para ministro das Finanças do governo da Ditadura Militar.

Tendo presente a afirmação de Barreto e Mónica segundo a qual

“os estudiosos do salazarismo (...) têm-se esforçado por definir o pensamento e acção política de Salazar. Todos os epítetos tem sido utilizados para classificar o regime do Estado Novo: fascismo, fascismo baptizado, totalitarismo, autocracia, fascismo de cátedra. Cada um esgrime os seus argumentos. Uma coisa não contestam: são a suas raízes seminarísticas que alguns referem com mais insistência que outros, mas sem estabelecer uma relação directa com os processos da sua governação” (Barreto e Mónica, 1999:308-309),

---

<sup>9</sup> “Em Portugal, salvo curtas fases de rotativismo entre dois partidos principais, a regra foi sempre a da multiplicação dos partidos políticos: e, contrariamente ao que alguns defendem, sempre o facto revelou a maior confusão dos espíritos e não maior liberdade de expressão ou riqueza de pensamento político” (Salazar, 1963: 240-243).

procurámos identificar esta relação entre as raízes seminarísticas de Oliveira Salazar e os seus processos de governação.

### **Em que consistiu a “missão” pedagógica de “salvar” a pátria?**

No discurso educativo<sup>10</sup> de Salazar podemos procurar a “missão” pedagógica de raiz confessional, tanto na linguagem metafórica que utiliza,<sup>11</sup> como nos argumentos que invoca para justificar o dever que lhe foi imposto, a “missão” que lhe destinaram, como se de um chamamento simbólico se tratasse.<sup>12</sup> A “missão” pedagógica de Oliveira Salazar é uma construção imaginária que se apropria dos códigos confessionais<sup>13</sup> para construir um modelo político e educativo que restituía à Pátria a sua identidade histórica perdida:

“Nesta pequena faixa ocidental que a Europa se habituara a olhar com comiseração ou tédio fizemos o prodígio de reconstruir a nação na sua feição tradicional, missionária e civilizadora, cavalheiresca e espiritualista” (Salazar, 1959: 35).

Não se trata, apenas, de salvar um *constructum* de memórias apagadas, ou esquecidas, mas, sobretudo, operar mudanças profundas nas mentalidades, transformando a sua maneira de pensar e estar, ou seja, reeducar os portugueses para “salvar” a pátria.

“Se algum contentamento pode dar-me este esforço é ver que as massas profundas da Nação mantém intacto o instinto de salvação comum, percebem por profunda intuição a malignidade dos ventos e das ideias e compreendem pelos traços que o passado lhes vincou na alma e pelas possibilidades do presente como é fácil construir o futuro andar e resurgir” (Salazar, 1935: 246- 247).

Para um crente militante, como Oliveira Salazar, essa “missão” é uma tarefa de carácter cruzadístico, cruzada que sempre esteve presente no discurso confessional.<sup>14</sup> A teoria de salvação católica é ao mesmo tempo paternalista e musculada. Paternalista, como estraté-

---

<sup>10</sup> Educativo, porque carregado de intencionalidade, como factor primário (Garcia Carrasco e Garcia del Dujo, 1996: 50).

<sup>11</sup> Dois exemplos: O primeiro quando se refere à sua debilidade física, mas grande capacidade de trabalho. “porque este milagre? Porque muito boas almas de Portugal oram, anseiam, porque continue neste lugar” (Salazar, 1935: 10).

O segundo, quando pede sacrifícios para “salvar” a Pátria: “É a ascensão dolorosa dum calvário. Repito: é a ascensão dolorosa dum calvário. No cimo podem morrer os homens mas redimem-se as pátrias” (Salazar, 1935: 18).

<sup>12</sup> Uma “missão” de carácter salvífico, como a de Oliveira Salazar, implica uma tensão interior e permanente. Para o mandatado, nunca a missão está completa, porque a natureza humana é viciosa e pode recair no erro. É que a missão de salvação pressupõe sempre uma queda ou transgressão simbólica e doutrinação, seguida do arrependimento ou reconciliação e festa. Esta é a especificidade da missão de salvação, em relação com a missão de carácter profano que é transitória.

<sup>13</sup> Só assim se compreende que nunca desse por terminada a sua “missão”. A vocação, na versão confessional católica, constribe a pessoa para toda a vida, sob pena de traição ao chamamento.

<sup>14</sup> Ver por exemplo “os Cruzados de Fátima” e a organização católica “A cruzada” que perdurou desde os tempos de Oliveira Salazar, até hoje, na nomenclatura confessional católica.

gia de conversão dos filhos pródigos para o rebanho do Bom Pastor. Musculada, na medida em que as ovelhas que reneguem o redil estão condenadas à “jaena”, ao fogo do inferno.

Relativamente ao regime salazarista, entendemos “missão” pedagógica, como um conjunto de princípios<sup>15</sup> e práticas educativas, com que Oliveira Salazar pretendia “reeducar” o homem português. A salvação da pátria passava pelo restabelecimento de uma nova “ordem”<sup>16</sup> assente na “justiça” e na “verdade”. Pretendia ser pedagógica, mas com uma linha de rumo bem definida - a doutrinal. Assentava no pressuposto de que uma reeducação/regeneração<sup>17</sup> conseguia “salvar” uma mentalidade corrompida e viciada.

Em relação às teorias pedagógicas da 1.<sup>a</sup> República laica, a “missão” comporta: uma ruptura de significados e de finalidades: quanto à natureza dos conteúdos, porque advoga matrizes confessionais católicas, arredadas das práticas educativas laicas republicanas<sup>18</sup>; quanto aos processos de inculcação, porque não são princípios teóricos de carácter reflexivo, para serem dialogados, mas linhas de acção imediata<sup>19</sup>; quanto aos instrumentos e ferramentas educativas, enquanto a escola deixa de ser a agência do progresso, mobilidade e dinâmica social: “o Homem vale sobretudo pela educação que possui, porque só ela é capaz de desenvolver harmonicamente as suas faculdades, de maneira a elevarem-se-lhe ao máximo em proveito dele e dos outros” (Araújo, 1997: 149).

Em contrapartida, a escola passa a ser, no Estado Novo, primordialmente, mais uma instância de conformidade, e passividade, educando as jovens gerações para a crença nos

---

<sup>15</sup> A Oliveira Salazar não eram estranhas as teorias pedagógicas da época, como ele próprio confessa, já em 1919: “Eu trabalhava num colégio que era uma tentativa de adaptação a Portugal dos métodos e fins da educação inglesa já introduzidos e começados a praticar em França na *École des Roches* de E. Demolins copiado de modelares escolas inglesas.(...) Li então pedagogias, li muitos livros de educação - críticas de velhos processos, rasgados elogios de novos, novas vistas, novos fins a realizar na educação dos rapazes, e, de tudo isto, resultou-me, pelo menos, uma convicção muito sólida: oficialmente no nosso País não havia uma obra de *educação* no sentido de um desenvolvimento integral e harmónico de todas as faculdades individuais; o Estado, quase exclusivamente se tem encarregado da educação intelectual (...)” (Salazar, 1919: 14 –16).

<sup>16</sup> Ordem no discurso republicano, laico, significa conformidade com as leis da República. Na terminologia canónica, tem vários significados: ou o lugar que Deus destina a cada ser criado, ou num sentido mais amplo a posição social que ocupam determinados indivíduos com o mesmo carisma funcional. No discurso de Oliveira Salazar, embora tratando-se de “ordem” de âmbito político/social, como organização da sociedade, a sua raiz e finalidade é teocêntrica, enquanto traduz o princípio e fim de todo o ser criado.

<sup>17</sup> Este termo “regeneração” muito utilizado por Salazar nos seus discursos é o utilizado nos compêndios litúrgicos, para definir os efeitos do baptismo. (Coelho, 1950: 503). Havia, pois, no discurso Salazarista, uma similitude entre os efeitos do baptismo e os efeitos da sua “missão”, ou seja a regeneração espiritual do homem português.

<sup>18</sup> A Constituição Política da República Portuguesa de 1911 diz, textualmente: “O ensino ministrado nos estabelecimentos públicos e particulares fiscalizados pelo estado será neutro em matéria religiosa” Título II- Dos Direitos e Garantias individuais, Art.º 10.º.

<sup>19</sup> “A educação é uma acção do educador, intencional, que poderia dizer-se desempenha a função reflexiva, definida, discreta, própria da arte noutra ordem da vida, para excitar a reacção pessoal de cada indivíduo e ainda de cada grupo social para sua própria formação e cultivo.” (Giner de los Rios, *apud* Garcia Carrasco e García del Dujo, *ibid.*: 50).



seus chefes, para a veneração dos heróis nacionais e a admiração dos chefes para defender um Portugal “pluricontinental e pluriracial”. As ambições dos jovens não passavam do lar doméstico, sem qualquer informação política (Formosinho, texto policopiado: 409).

Quais os instrumentos salvíficos desta “missão” pedagógica de Oliveira Salazar? A resignação, o despojamento, o sacrifício, a purificação para a reconstrução de uma pátria mítica desvirtuada da história dos homens, mas representando, simbolicamente, um passado glorioso: “sob o olhar benigno da Providência contamos já oito séculos de trabalhos, de sofrimentos, de lutas, de liberdade e se é sempre o mesmo perigo é sempre o mesmo milagre” (Salazar, 1937: 176- 177).

Este discurso era duplamente pedagógico e persuasivo: quanto ao conteúdo, ia de encontro aos ideários da esmagadora maioria da população percentualmente católica<sup>20</sup> e dos seus perceptores ideológicos<sup>21</sup>; era pronunciado por um homem saído dos quadros militantes da igreja católica e que mantinha o beneplácito das hierarquias eclesásticas:

“Todos os portugueses lhe devem (ao governo) acatamento e obediência em tudo o que não importe ofensa dos direitos imprescindíveis de Deus. Alivemos-lhe o peso das suas responsabilidades perante Deus e os homens associando-nos a ele com inteligente cooperação e oferecendo-lhe benévola confiança.” (Cardeal Patriarca de Lisboa, apud Cruz, *ibid.*: 207).

### **Estrutura ideológica da “missão”**

A “missão” pedagógica de Oliveira Salazar, “salvar” a pátria, assenta em três matrizes fundamentais e, para ele, inegociáveis:

1. Deus católico e apostólico romano que preside e legitima toda a acção política e educativa preconizada<sup>22</sup>;
2. um novo conceito de Pátria que, legitimada por Deus,<sup>23</sup> subordina todos os interesses nacionais e para onde, necessariamente, têm de convergir todos os projectos individuais – tudo pela Nação nada contra a Nação:

---

<sup>20</sup> “Segundo o Recenseamento Geral da População de 1940, 93% dos portugueses professavam a religião católica e apenas 0,8% pertenciam a outros grupos religiosos. A percentagem de católicos eleva-se para 97% no Recenseamento de 1950 e para 98% em 1960” (Cruz, 1992: 222).

<sup>21</sup> “Segundo o censo de 1940, havia em Portugal duas vezes mais padres que médicos” (Mónica, *ibid.*: 70).

<sup>22</sup> A Igreja cedia o seu Deus para legitimar a sacralidade da Pátria e Salazar faria desta o seu principal apoio. Este desprendimento da Igreja Católica em relação à pátria, até se enquadra nos princípios da teologia católica para quem este mundo é apenas uma “páscoa”, passagem, para a verdadeira Pátria celeste (Delumeau, 1993: 14).

<sup>23</sup> Esta legitimação pelo sagrado assegura ao regime o apoio da Igreja Católica: “além de tudo o mais que sentíamos como portugueses, acrescia que sendo V. Ex.cia, para além da sua competência profissional, apenas conhecido pelas suas actividades no campo católico, era uma espécie de oferta que a Igreja fazia à Pátria, num momento crucial (Of. n.º 271/58 de D. António Bispo do Porto ao Ex.mo Presidente do Conselho em 13 de Julho de 1958).

3. família, instituição natural, de raízes e tradição católicas<sup>24</sup> que será o fundamento e o suporte da nova sociedade que se pretende edificar:

“Não temos o encargo de salvar uma sociedade que apodrece, mas de lançar, aproveitando os seus vigamentos antigos, a nova sociedade do futuro. Ela é ordeira e pacífica; ela conhece as fronteiras da Pátria, alargadas por esse mundo a golpes de audácia por antepassados ilustres; ela respeita a hierarquia e a diferenciação de funções como facto natural e humano, necessário ao progresso geral; ela honra e defende o trabalho como base da prosperidade e lei inelutável da vida” (Salazar, *ibid.*: 44).

A base sólida deste edifício, sobre a qual assentam estes três pilares, são as novas estruturas políticas do Estado Novo e a cúpula é uma super-estrutura em que há três instâncias do poder, mas só uma é verdadeira: a de Oliveira Salazar que omnipotente, controla totalmente o Presidente da República, o governo e a Assembleia Nacional.<sup>25</sup>

Deus ocupa o lugar mais importante na trilogia, como árbitro do poder autoritário que Oliveira Salazar vai impor aos portugueses. Quer antes, (1924) quer depois (1935) da sua ascensão ao poder, ele é peremptório: “o poder é limitado pela lei de Deus e pelos direitos da consciência”<sup>26</sup> e “advogamos a consciência do dever e do sacrifício, a justiça e da caridade, no exercício da acção governativa como clara afirmação de que a moral deve informar toda a acção humana”(Salazar, 1937: 4).

Para Oliveira Salazar, as grandes missões, como esta o era, fazem-se com grandes homens, com elites predestinadas para tão árdua tarefa, almas nobres que levedassem as massas.

### **Agências de reforço e vigilância educativa**

As agências de reforço e vigilância ideológica são instituições de enquadramento doutrinal e educativo com rituais de tipo fascista, mas de conteúdo seminarístico:

“Sem um intenso movimento de espiritualização da vida e sem um forte apelo aos valores morais, a obra do Estado Novo poderia renovar materialmente a face da terra portuguesa, mas não seria conseguida a sua vitória mais alta: a transformação profunda da nossa mentalidade (...)” (Preâmbulo ao Decreto-Lei n.º 25:495 de 13 de Junho de 1935, *Diário do Governo*, n.º 134, I.ª Série, 13/06/1935).

Em relação às instituições congéneres na época era significativo o papel educativo e social de carácter seminarístico e não miliciano que lhes era atribuído por Salazar:

---

<sup>24</sup> Esta tradição católica foi reivindicada pela igreja, a pretexto de que antes de serem portugueses eram baptizados e, portanto, sob a jurisdição da igreja, para afirmar a sua supremacia educativa sobre o Estado, sobretudo no campo do ensino. No que nunca foi atendida (Cruz, 1954: 38).

<sup>25</sup> Na sua narrativa discursiva, Salazar não obstante a luta pelo controlo total do poder, afirma não pretender o poder pelo poder: “o que me preocupa é a realização de princípios e processos de governo diferentes – nem interesses, nem prazeres, nem vaidades- apenas uma política de tal forma superior que cure o país de outra política inferior. Só assim me interessa governar (Salazar, entrevista ao *Jornal de Notícias* de 20 de Outubro de 1933).

<sup>26</sup> “A paz de Cristo na classe operária pela S. S. Eucaristia” *In Novidades*, 13 de Julho de 1924.

1. União Nacional, “a grande escola de cidadãos” (Salazar, 1935: 116).

Constituem a “aglomeração disciplinada de indivíduos que aceitem, aclamem e defendam o evangelho da renascença espiritual” (Salazar, *ibid.*: 343).

As suas exigências são: disciplina, homogeneidade, pureza de ideal (Salazar, *ibid.*: 181).

2. Obra das Mães pela Educação Nacional (O.M.E.N.).

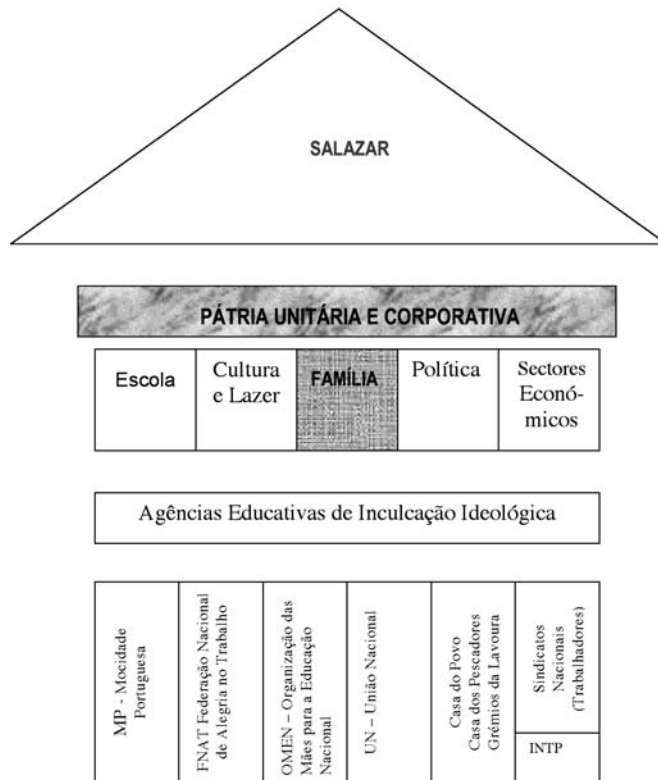
Um dos objectivos é orientar as mães portuguesas:

“dar-lhes o espírito de religiosidade e patriotismo, sem o qual toda a vida dos campos se torna monótona e perde o seu significado e encanto” (*Programa dos Cursos de Agentes de Educação Familiar*, Caxias, s/d.: 5).

3. Mocidade Portuguesa (M.P.):

“promoverá a educação moral e cívica, a educação cristã tradicional do País, não admitindo, em caso algum, nas suas fileiras, um indivíduo sem religião. “A M. P. toma como guias ideais da sua acção os grandes exemplos de Nun’Álvares e do Infante D. Henrique e consagra-se, em activa cooperação, à nova Renascença Pátria” (Art.º 2.º do Regulamento da M.P.).

**Esquema da “missão” pedagógica de Salazar.**



As duas colunas laterais Igreja Católica e Exército auxiliado pela Legião Portuguesa sustentam o altar da Pátria unitária e corporativa. A Pátria segundo elemento da trilogia da Educação Nacional, depois de Deus, é o objectivo convergente de todos os esforços e cuja salvação mobiliza todas as agências de doutrinação. Ela é a pedra angular de toda a “missão”.

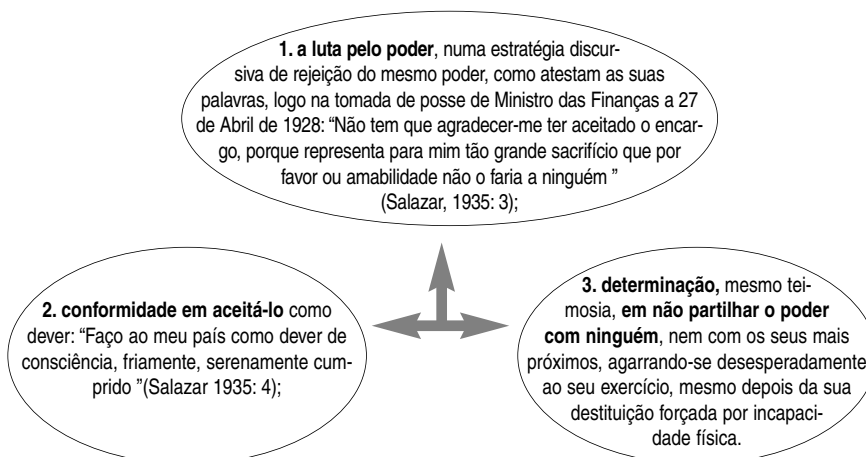
Num patamar inferior, mas convergindo para o altar da pátria e porque integrado neste corpo orgânico, unitário e corporativo, como diz a Constituição de 1933, está representada a sociedade, nas suas diversas vertentes: política, educativa e económica.

A dimensão desta “missão” é ao mesmo tempo imperial e pedagógica. Imperial, porque Oliveira Salazar, qual *Pontifex Maximus* do templo aqui representado, domina todos os quadrantes da vida nacional e impõe-lhes o seu projecto unitário e corporativo; pedagógica porque, à partida, não existem objectivos milicianos ou belicistas, mas apenas educativos: a conquista dos espíritos e das vontades para aderirem à sua “missão”. A cobertura deste templo é constituído pelos órgãos do poder, controlados por Oliveira Salazar que, igualmente, está omnipresente em todos os sectores da sociedade, através de um Sistema panóptico, cujo papel principal cabe às forças policiais e censórias, por si controladas, mas que as agências de fiscalização e controlo para além do seu papel doutrinário, completam. Deste modo, é o próprio Oliveira Salazar que tudo fiscaliza, controla, determina. Ele representa não só o papel de actor principal, como monopoliza todos os órgãos de decisão.

Para cumprir a sua “missão” pedagógica, Oliveira Salazar tinha de, em primeiro lugar, apoderar-se do poder político, controlar a principal instituição do poder simbólico, a Igreja Católica portuguesa, porque só ele era o detentor da “missão” e depois transformar o sistema educativo republicano no principal instrumento dessa “missão”.

### Estratégias pelo poder (1928-1945)

O esquema seguinte pretende traduzir a estratégia discursiva de Salazar relativamente ao poder, assente em três parâmetros fundamentais e aparentemente contraditórios:



Depois da primeira tentativa falhada, Oliveira Salazar, passados dois anos após o golpe militar de 28 de Maio de 1926, consegue a sua integração no governo da Ditadura Militar. Cinco anos depois, o Presidente da República, Marechal Carmona, convida-o a formar governo e nomeia-o Presidente do Conselho de Ministros. Estes cinco anos são de intensa actividade: reforça cumplicidades e lança os alicerces do seu projecto “salvífico” tendo como objectivo único ministrar a terapêutica adequada a uma Nação, a seu ver, a precisar de urgentes cuidados de regeneração. Meticulosamente, vai escolhendo as melhores ocasiões e percorrendo as etapas que o vão levar e consolidar o poder:

1. Ganhar visibilidade e credibilidade para resolver a grave crise económica;
2. Dar novo rumo à Ditadura Militar, instável e golpista;
3. Desconstruir as matrizes políticas e educativas republicanas;
4. Construir os alicerces do Estado Novo, suporte da sua acção política: União Nacional, Comissões de Censura, Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, Tribunal Militar Especial de Lisboa, S. P. N., F.N.A.T., Junta Nacional de Educação, O.M.E.N., M. P., L. P., I.N.T.P. Estatuto do Trabalho Nacional, Casas do Povo e Pescadores;
5. Institucionalizar o Estado Social e Corporativo na Constituição de 1933, através de plebiscito. O Estado Novo, auto-proclamado de “Revolução Nacional” enquadra-se numa mudança de outra natureza. Não contém em si qualquer transformação estrutural de desenvolvimento ou inovação moderna, sendo um misto de regresso ao passado tradicional católico, num quadro institucional de permanência, agora reforçada pelos dispositivos de vigilância, grande repressão policial e esmagamento de qualquer oposição.
6. Consolidar o Estado Novo. Em plena Segunda Guerra Mundial, numa ambígua neutralidade, procura demonstrar ao mundo a pujança do Estado Novo. São disso exemplos as comemorações solenes dos Centenários tentando mostrar Portugal ao mundo e a Concordata de 1940 que assinou com a Santa Sé.

### **Saber permanecer: 1945-1968.**

No pós-Segunda Guerra Mundial, perante um cenário internacional adverso a ditaduras, consegue sobreviver, utilizando estrategicamente algumas encenações democráticas, forçado pelas circunstâncias políticas. Esta capacidade de adaptação pragmática que está sempre presente na realização da “missão” que se impôs como um dever a cumprir, traduz-se também, numa ditadura específica com singularidades que não a confundem com os fascismos da sua época: nos processos utilizados para a conquista do poder; na forma de exercer o poder; nas estratégias utilizadas para a permanência no poder; no modo como se despede do poder.

Com o capital político adquirido pela “neutralidade colaborante” na Guerra de Espanha e “indecisa” na Segunda Guerra Mundial, a nível interno, enfrenta uma oposição destróçãda e desunida.

Em plena Guerra Fria tenta internacionalmente relegitimar-se, retomando o tema dos perigos do comunismo ateu, o que lhe vale alguns créditos do mundo ocidental.

Nas eleições de 1958 enfrenta pela primeira vez uma oposição fiável e unida.

Com determinação, vai sabendo sobreviver mesmo perante a erosão dos suportes do Estado unitário: exército e Igreja Católica.

Nos anos sessenta, a perda do Estado da Índia, a guerra colonial e a condenação internacional marcam o fim da sua “missão”. Resiste até à sua destituição por incapacidade física.

Os 40 anos no governo significam outros tantos de apoios simbólicos de uma maioria silenciosa ao desempenho de um homem apresentado como modelo pela propaganda oficial. Um homem que, segundo esta propaganda, se isola voluntariamente a “Bem da Nação” só a pensar no bem dos seus governados que vive e sofre pelos seus súbditos. Esse retrato transmitido e espalhado pelos seus emissários e protegidos é o que percorre o país enclausurado, analfabeto, crente e aparentemente resignado à sua sorte. A propaganda do regime encarrega-se de reproduzir esta imagem de homem probo, íntegro e desinteressado que a Providência colocou à frente de uma Nação esmorecida, mas “orgulhosamente só”. A singeleza rústica casa-se nesta imagem com a visão ímpar de estadista à qual se rendem e prestam homenagem todos os portugueses agradecidos.

O processo para controlar o poder simbólico da Igreja católica passa por diversas fases desde a aliança indefectível, cooperação educativa e apoio ao governo, até à separação estratégica. À sua entidade formadora, a Igreja Católica, vai buscar a estratégia discursiva catequética de matriz seminarística e a ética religiosa para regulamentar a vida dos portugueses, como terapêutica redentora. Deixa à Igreja Católica, sua parceira, as tarefas de doutrinação, como diz Weber, a teoria ética dos compêndios religiosos e apropria-se dos estímulos práticos para a acção, fundamentados nas implicações psicológicas de todas as religiões “universais” (Weber, 1971).

### **A escola do Estado Novo, espaço de desconstrução e reconstrução**

A par da construção do Estado unitário e corporativo, a tarefa principal de Oliveira Salazar foi a substituição das matrizes educativas da escola da Primeira República pela escola do Estado Novo. Embora apropriando-se do sistema educativo da Primeira República, moderno e laico, construído nos séculos XVIII e XIX aos solavancos,<sup>27</sup> com alguns avanços no campo legislativo, mas grandes recuos ou paragens na sua concretização política, logo após a construção dos primeiros alicerces da Ditadura Nacional, questiona:

---

<sup>27</sup> “Durante a segunda metade do século XIX consolida –se um modelo escolar que a Revolução Liberal tornou viável, para não dizer inevitável. As Reformas Pombalinas não podiam apesar dos seus aspectos inovadores, franquear as barreiras de um sistema social dominado pela nobreza e pelo clero: este trabalho não seria cumprido, senão pelo projecto educativo burguês que nasce na época liberal e que se organiza definitivamente, depois da Regeneração” (Nóvoa, 1987: 336).

“Onde está a escola, a sagrada oficina das almas, sobretudo a Universidade, a fábrica espiritual portuguesa que há-de educar os homens para governar e serem governados e fazer a própria ciência do governo, para maior glória e progresso da Nação? Onde está? (Salazar, 1935: 32).

Este problema inquieta-o desde o primeiro momento em que entra para o governo, antes da promulgação da nova Constituição de 1933.

A primeira etapa passa pela desconstrução das matrizes da escola da Primeira República (1928-1936)

- Políticas de ensino redutoras e de controlo;
- Desprofissionalização dos professores;
- Regime de separação de sexos.
- Prioridade à educação moral e religiosa, referindo sem rodeios:

“(…) considero mais um mal que um bem, ensinar o povo a ler, sem preparação moral” (Salazar, in *Educação Nacional*, ano XXXII, n.º 12, de 19 de Maio de 1935, 12).

Salazar coloca uma ênfase explícita na reeducação do povo português. Nesta “missão” pedagógica embora seja coadjuvado pelas instituições educativas com especial relevo para a família é sobretudo à escola do Estado Novo que incumbe enquadrar ideologicamente as gerações mais novas. O pai de família, o professor, o dirigente político tinham de doutrinar, como o sementeiro que, pacientemente, deita a boa semente à terra e espera até que ela dê fruto. Era uma espécie de sacerdócio da pátria.

O conceito de sacerdócio atribuído aos professores era já utilizado na Primeira República. António José de Almeida, em 1910, escrevia: “Das escolas de que nós somos os sacerdotes máximos é que há - de sair a legião de trabalhadores com o espírito desempoeirado de preconceitos ridículos que hão - de acelerar o desenvolvimento da Pátria” (Araújo, *ibid.*: 155).

O modelo educativo de Oliveira Salazar é o modelo educativo confessional, aplicado pelos professores e agentes educativos como se fossem uma família religiosa, sem vocação nem unção.<sup>28</sup> Oliveira Salazar pretende vocacioná-los, por imperativos meramente nacionais e dar-lhes funções equiparadas às sagradas, para serem os arautos da sua missão pedagógica.<sup>29</sup> Nas publicações oficiais a função do professor vem equiparada mais do que a sacerdócio, a apostolado. “Não é ofício o da Professora primária e também não é técnica; é mais do que sacerdócio. Será apostolado.”<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> “Todos unidos como membros da numerosa família que serve no ensino primário, integrados no pensamento renovador que anda dinamizando a escola, no sentido de a acomodar cada vez mais aos interesses nacionais” (Editorial: “No fim de dois anos”, *Escola Portuguesa*. Boletim da Direcção- Geral do Ensino Primário, ano XXI, n.º 1033 de 2 de Janeiro de 1955, 293).

<sup>29</sup> Os livros únicos da primeira e segunda classe continham o catecismo- a chamada vulgarmente “doutrina.” Era ministrada na escola, ou pelo Pároco ou em sua substituição, pelo professor.

<sup>30</sup> *A Campanha – Órgão da Campanha Nacional de Educação de Adultos*, 15 de Janeiro de 1954, n.º 6, 11.

A função social das escolas transforma-se apenas na formação do carácter pela educação moral e cristã, sob as vistas do pároco local e apadrinhada pelas “melhores representantes da sociedade católica”<sup>31</sup>,

”inicie a minha acção com os olhos postos no meu sagrado dever de ensinar e educar. (...) Receberam a Comunhão Pascal na igreja de S. Pedro em cuja freguesia está a nossa escola, 19 alunos. Durante esta cerimónia foi-lhes feita uma prática pelo Sr. Padre Borges e a seguir na escola foi-lhes distribuída uma abundante refeição, constituída por fatias de pão com paio, queijo e fiambre.e bolos oferecidos pelas senhoras da melhor sociedade elvense a quem havia sido solicitado o seu contributo para comemorar esta festa tão cristã e tão útil. A Bem da Nação.”

A segunda etapa passa pela construção de novas bases doutrinárias e legislativas:

- Mudança de Ministério da Instrução para Ministério da Educação Nacional. Políticas restritivas no acesso ao ensino liceal e universitário; Programas mais reduzidos e nacionalizados, em detrimento dos saberes universais, sem possibilidade de confronto crítico;
- Livros únicos, rigorosamente seleccionados, sem a intervenção dos professores, mas avalizados pela censura;
- Centralização administrativa e inspectiva; Imposição de novos significados:
- Pátria - colectivo simbólico, entidade mística e “moral” ( Salazar, 1951: 354);
- Família – a célula da Nação. Pai - chefe; mãe - prestadora de serviços domésticos;
- Escola – “sagrada oficina das almas”- espaço sacralizado;
- Professor-”apóstolo.” O missionário do regime;
- Sacralização dos espaços de aula

À semelhança da escola clerical, nada é fruto do acaso. Tudo contém intencionalidade: a arquitectura, os locais escolhidos, as regras de civilidade,<sup>32</sup> a formatura e ao cânticos escolhidos. Tudo funciona, em ordem a estabelecer uma relação directa com o sagrado:

- os espaços cuja profanidade está oculta por dizeres e símbolos sagrados ou sacralizados;
- os tempos;
- os actores sociais;

---

<sup>31</sup> “A função social das Escolas” Relatório da professora Branca do Céu Neves Baptista Ramos, da Escola Masculina do Bairro Social da Boa Fé- Elvas – *Escola Portuguesa*, ano XXI, n.º 1036 de 25/01/1955, 345.

<sup>32</sup> Editado pela Figueirinhas – Porto, havia um *compêndio de Civilidade* de José Agostinho, onde os meninos aprendiam “os deveres para com os superiores, iguais e inferiores” Eis apenas um exemplo: “5- Os meninos e muito mais as meninas devem evitar meneios e saltos indecentes, jogos em que pudor é ferido ou desprezado, quando mais não seja, por palavras grosseiras que os acompanham” (Ponto 5 do Cap. VI).



- as ferramentas pedagógicas;
- as normas ritualizadas, onde as "lições de Salazar" aparecem bem explícitas.<sup>33</sup>

A avaliar esta sacralidade, é entronizado o crucifixo, talhado segundo parâmetros escultóricos estabelecidos pelo regime e os retratos dos governantes. A sua pose e o seu ar esfíngico, também atestam a sacralidade do local.

"Cerca das 15 horas procede-se à colocação do crucifixo no local que lhe era reservado dentro da escola (...). Houve uma sessão solene a que presidiu o venerando Pároco da freguesia, secretariado pelas professoras. Durante a sessão várias crianças disseram recitativos, intercalados por cânticos religiosos que foram aplaudidos (...) pela assistência que enchia totalmente a sala da escola luxuosamente engalanada. Falou primeiro a professora de Moimentinha que exortou as criancinhas a seguirem a doutrina de Cristo. Num discurso cheio de fé e patriotismo, enalteceu o significado da festa e teceu justos elogios a Suas Ex.as os Presidentes da República e Conselho e Ministro da Educação. Ainda o sr. Manuel Bernardo em palavras fervorosas de fé cristã e amor à Pátria engrandeceu, justamente, o Estado Novo" (*Escola Portuguesa*, ano VI, n.º 272 de 11- 01- 1940: 217).

### **Novas práticas educativas de teor seminarístico**

Para preencher estes espaços sagrados, o regime tornou ainda obrigatória:

- a inserção de 102 pensamentos nos compêndios escolares, de entre os quais sobressaíam alguns retirados dos discursos de Oliveira Salazar, apelando à disciplina, obediência e conformidade social;
- imposição de códigos específicos de conduta a alunos e professores;
- a uniformização de gestos, trajes, rituais de obediência;
- fixação de residência, e restrições normativas para o casamento das professoras;
- sanções públicas aos transgressores dos códigos sociais.

### **Escola do Estado Novo no pós- Segunda Guerra Mundial (1947-1968)**

O impacto da vitória dos aliados e a conseqüente derrota das principais ditaduras acarretou algumas oscilações na escola do Estado Novo mas não trouxe mudanças estruturais. Podemos caracterizar deste modo essas pequenas transformações:

- Ambigüidade no discurso oficial sobre as funções da escola;

---

<sup>33</sup> Esta omnipresença educativa de Salazar encontra-se em todos os edifícios escolares e em lugar de relevo: nas sessões obrigatórias da Mocidade Portuguesa, incrustado no cinto dos filiados está impresso um S que significa Salazar; na 1.ª Classe do ensino primário elementar, as crianças ao aprenderem o alfabeto identificam o S com Salazar; nas sessões evocativas da sua entrada para o governo, aparecem em todas as escolas quadros evocativos das suas "lições" representando com cores vivas as obras realizadas e com cores escuras o que existia no tempo da Primeira República. Os próprios livros e ferramentas didáticas utilizam o seu nome e a sua obra para inculcar nas crianças essa devoção. O seu aproveitamento didático é imposto pela tutela aos professores ( n.º 182, de 21 de Abril de 1938).

- Adequação conjuntural da escola às novas realidades económicas do pós - Segunda Guerra Mundial:
- Aumento da escolaridade obrigatória, mesmo recorrendo a medidas coercitivas:
- 1956, quatro anos para todos os portugueses de sexo masculino; 1960 também, para o sexo feminino;
- 1964, seis anos.
- 1952 - Plano de Educação Popular e Campanha Nacional de Educação de Adultos;
- Reformas do ensino liceal e técnico; estratégia dual.
- Adesão à O. C. D. E. (Plano Regional do Mediterrâneo).

Não obstante estas reformas conjunturais promovidas por novos ministros da Educação, tendo em conta as necessidades de adequação da mão de obra à renovação industrial, sempre adiada no País, mantém-se a prioridade para a doutrina moral para a obediência aos chefes, reprodução acrítica de conhecimentos, totalmente controlada pelo regime. Continua a promover-se, como prioritária, a conformidade social e a permanência doutrinária:

“a educação que defendemos e ministramos – aperfeiçoamento do homem integral - subordina-se a um ideal superior; esse ideal é que informou a nossa cultura secular e estruturalmente cristã e católica, ideal que não pode sofrer desvios, nem oferecer sérias dúvidas” (Director da Escola do Magistério Primário de Viseu, *Acção Educativa*, n.º 1, em 8 de Dezembro de 1953).

### **Considerações finais**

Este trabalho, tem como fio condutor a identificação da “missão” pedagógica de “salvar” a pátria de Oliveira Salazar. A ênfase na hipótese de que a sua educação familiar tutelada pela Igreja Católica e a formação seminarística enformaram as suas estratégias políticas e educativas, constitui a base da nossa argumentação. As suas estratégias político-educativas visavam regenerar uma sociedade “doente”, a precisar de ser expurgada dos vícios legados pela Primeira República: laicismo, modernismo, liberalismo e democracia. Exactamente os mesmos vícios que apontava a Igreja Católica, sua parceira nesta tarefa de “regeneração”. Dando continuidade ao seu papel de paladino militante da causa católica, Salazar vai assumir um sacerdócio laico e nacionalista, não enfeudado a jurisdições eclesásticas, mas partilhando objectivos comuns. Cada um terá a sua quota-parte de responsabilidade, com a condição de que o poder espiritual nunca entrave o poder temporal.

Este seminarismo de índole autocrática manifesta-se no pós-Segunda Guerra Mundial em que, sem condenar os fascismos ou regozijar-se com a sua queda, pragmaticamente apregoa as suas diferenças e tenta justificá-las, entrincheirando-se numa posição dúbia: aderir ao bloco ocidental e às suas organizações sem abdicar da ditadura pessoal que reforça. Salazar mantém-se na mesma intransigência seminarística, lamentando a falta de apoios internacionais para a sua luta contra o comunismo, até que um acidente lhe retira o governo. Mesmo assim, ainda permanece na ilusão da sua “missão” messiânica, até à morte.

Nas estratégias educativas, Salazar apropria-se de um sistema escolar moderno e laico da Primeira República e concebe a escola do Estado Novo à semelhança da escola clerical: como “sagrada oficina das almas”. Constrói-a como *locus* da educação prioritariamente moral e nacionalista, tendo como arquétipos heróis e santos com perfis mitizados. Os currículos escolares são reduzidos ao que o regime considera essencial: saber ler e escrever e contar. O ensino liceal e universitário são instrumentalizados para a formação de quadros que ajudem a integrar as massas corporativamente estruturadas, no corpo orgânico da Nação.

Na análise ao regime do Estado Novo, sobressai que as raízes confessionais em que assenta, impedem que seja englobado nos fascismos contemporâneos.

No decorrer deste trabalho mostrámos, portanto:

- a relação entre a formação familiar e seminarística de Oliveira Salazar e as suas estratégias governamentais e educativas;
- o fascismo de Salazar foi diferente dos outros fascismos europeus, porque foi seminarístico. As raízes confessionais impediram-no de exercer um cesaro-papismo pagão, ráxico ou militarista. O seu objectivo principal não era militar, mas educativo;
- ao reformular a escola como “sagrada oficina das almas”, Salazar faz a gestão administrativa e pedagógica de um sistema moderno da Primeira República colocando-o ao serviço da sua “missão” pedagógica, num papel *contra-moderno*.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARRETO, A.; FILOMENA M., M. (orgs.) (1999), *Dicionário de História de Portugal*, 9, Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas.
- BOFF, LEONARDO (1981), *Igreja, Carisma e Poder*. 2.<sup>a</sup> ed.. Lisboa, Editorial Inquérito.
- CARTA DO SENHOR BISPO DO PORTO, D. ANTÓNIO AO PRESIDENTE DO CONCELHO (1958), Colecção “Documentos Políticos”.
- CRUZ, GUILHERME, BRAGA DA, (1954), *Direitos da Família, da Igreja e do Estado*. Lisboa, Edição da Conferência Nacional dos Institutos Religiosos.
- DELUMEAU, J. org. (1993), *Le Fait Religieux*. Paris, Librairie Fayard.
- FARINHA, LUIS (1998), *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926- 1940*. Lisboa, Editorial Estampa.
- GARCIA CARRASCO, J; GARCIA DEL LUJO (1996), *Teoria de la Educación*, Salamanca, Ediciones Universidad.
- LEÃO XIII, Carta Encíclica *Immortale Dei*. Lisboa, Editora Rei dos Livros.
- LUCENA, M. (1976), *A Evolução do Sistema Corporativo Português*. 2 vols. Lisboa, Perspectivas e Realidades.

- NOGUEIRA, F. (1977), *Salazar. A Mocidade e os Princípios (1889- 1928)*. Vol. I, Coimbra: Atlântida Editora.
- NÓVOA, A. (1987), *Le Temps des Professeurs*, 2 vols., Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Ó, RAMOS DO, J., (1992), *Salazarismo e Cultura*, Portugal e o Estado Novo (1930- 1960), Fernando Rosas (coord.), *apud* Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, (dirs.) Nova História de Portugal, vol. XII, Lisboa, Editorial Estampa.
- PORTUGU S, ERNESTO (1998), *Seminário de Nossa Senhora da Conceição – Braga. Aspectos Histórico- Pedagógicos*. Tese de Mestrado realizada na U. M., Braga, Oficinas de S. José.
- SALAZAR, A. O. (1935), *Discursos (1928-1934)*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora.
- SALAZAR, A. O. (1937), *Discursos e Notas Políticas (1935-1937)*, vol. II. Coimbra, Coimbra Editora.
- SALAZAR, A. O. (1951), *Discursos e Notas Políticas (1943-1950)*, vol. IV. Coimbra, Coimbra Editora.
- SALAZAR, A. O. (1959), *Discursos e Notas Políticas (1938-1943)*, vol. III, 2.<sup>a</sup> ed., Coimbra, Coimbra Editora.
- SALAZAR, A. O. (1963), *Invasão e Ocupação de Goa pela União Indiana*. Lisboa, Secretariado de Informação.
- SAUD, CARLES (1978), *La Vocacion-Conversion et Reconversion des Prêtres Ruraux*. Paris, Éditions de Minuit.
- WEBER, MAX (1971), *Économie et Societé*, Paris, Librairie Plon.

#### **DOCUMENTOS LEGAIS:**

*Diário do Governo*, n.º 134, I Série, 13/06/

#### **PERIÓDICOS:**

*NOVIDADES*. Órgão oficial da Igreja Católica portuguesa: 13 de Junho de 1924; 1 de Janeiro de 1929.

*ACÇÃO EDUCATIVA*, Jornal n.º 1 de 08/12/1952;

*EDUCAÇÃO NACIONAL*, ano XXXII, n.º 12 de 19/05/1933;

*ESCOLA PORTUGUESA*, “Vida escolar. Moimentinha”, ano VI, n.º 272 de 11 de Janeiro de 1940.